O Barão do Rio Branco foi um jornalista, político e diplomata brasileiro. Foi Ministro das Relações Exteriores do Brasil de 1902-1912. Ele entrou para a história brasileira por ter resolvido importantes questões de fronteiras com a Argentina, França e Bolívia. Afinal, ele incorporou 900 mil km ao território brasileiro sem necessidade de conflitos armados.

José Maria da Silva Paranhos Júnior, nasceu em 20.04.1845, no Rio de Janeiro e era filho do diplomata e político José Maria da Silva Paranhos, o visconde de Rio Branco. A casa de seus pais era ponto de encontro de políticos da época. Assim, desde a infância, o futuro barão de Rio Branco foi aprendendo a diplomacia na prática. Ele estudou direito nas Faculdades de São Paulo e do Recife. Seria promotor e deputado no Império. Igualmente foi jornalista escrevendo para o jornal A Nação e posteriormente, para o Jornal do Brasil.

Como naquela época não havia concurso público para a diplomacia, os funcionários eram indicados entre os filhos da elite. Por isso, o barão do Rio Branco seguiu os passos do pai.

Durante a Guerra do Paraguai, viajou em 1869, junto com o pai, como secretário da Missão Especial ao Paraguai e à Argentina.

Nos dois anos posteriores foi testemunha das negociações que puseram fim ao conflito entre os Aliados e o Paraguai. Recebeu seu primeiro cargo diplomático no exterior devido ao relacionamento que mantinha com uma atriz belga, considerado um escândalo na época. Desta maneira é designado cônsul do Brasil em Liverpool.

O barão do Rio Branco ainda seria ministro do Brasil junto à Alemanha. Voltaria ao Brasil a pedido do presidente Rodrigues Alves, para assumir a pasta do Ministério de Relações Exteriores.

Ficou neste cargo de 1902 até a sua morte em 1912.

O Barão do Rio Branco esteve presente e influenciou em diversas questões, como nas:

questões de Fronteira.

O barão do Rio Branco defendia o uso da diplomacia e não da guerra para resolver os litígios de fronteira entre o Brasil e seus vizinhos.

Questão de Palmas – 1895

Foi o primeiro litígio resolvido com a ajuda do barão do Rio Branco.

Brasil e Argentina disputavam territórios a oeste de Santa Catarina e a questão foi submetida à arbitragem internacional. O árbitro escolhido foi o presidente americano Grover Cleveland.

Rio Branco foi designado para ser o advogado do Brasil na questão por Floriano Peixoto em 1893. Apoiado em farta documentação e mapas, o barão do Rio Branco, provou que aquelas terras eram brasileiras e deviam ser incorporadas ao Brasil e não à Argentina.

Questão do Amapá - 1899

As fronteiras do norte do Brasil também ainda não estavam definidas. Brasil e França alegavam que possuíam direito sobre parte do território do atual estado do Amapá.

A França alegava que o limite deveria ser para além do rio Oiapoque e o Brasil reivindicava, justamente, que este rio deveria ser o marco da fronteira.

Após conflitos armados na região, ambos países decidem submeter a disputa à arbitragem internacional. O governo brasileiro solicita ao barão do Rio Branco que escreva o dossiê que defenda os direitos do Brasil.

Em abril de 1899, Brasil e França enviam seus memorandos ao presidente da Confederação Suíça. Em dezembro de 1900, o presidente suíço dá sentença favorável ao Brasil e o país incorpora 260 mil km ao seu território.

Território do Acre - 1903

O atual estado do Acre era reivindicado por Brasil e Bolívia. Vários brasileiros estavam na região trabalhando nos seringais quando a Bolívia arrenda as terras a uma companhia americana.

Diante das insurreições e revoltas, o governo brasileiro decide intervir. O barão do Rio Branco alega o princípio do “uti possidetis” que define que o território é de quem o ocupava.A solução do litígio teve fim em 1903 com o Tratado de Petrópolis.

Este acordo cedia territórios do estado do Mato Grosso à Bolívia, pagamento de indenização e ainda Estados Unidos para contrapor o peso da influência europeia no continente sul-americano.

Curiosidades

O título de "barão do Rio Branco" foi concedido ao diplomata pela Princesa D. Isabel, em 20.05.1888. Ele o usaria por toda sua vida, mesmo durante a República.Quando morreu, em 10.02.1912, em pleno Carnaval, a festa no Rio de Janeiro foi adiada por conta das homenagens e da comoção popular.Também em 1912, a capital do estado do Acre, então chamada Vila Pennápolis, passou a denominada "Rio Branco".Seu rosto estampou a antiga nota de 1000 cruzeiros durante anos. Por antonomásia, as pessoas passaram a designar "dinheiro" por "barão”.